

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC  
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

COSTA, Claudete<sup>1</sup>

SELL, Lana Kaoany<sup>2</sup>

SANTOS, Rosane Alves dos<sup>3</sup>

Orientadora: PINTO, Heloisa Pereira<sup>4</sup>

**RESUMO**

O tema apresentado neste trabalho, avaliação da aprendizagem, é muito discutido por professores e estudiosos, porém a prática que se vê em sala de aula é muitas vezes uma prática que não condiz com o verdadeiro objetivo do que vem a ser a avaliação. Portanto, a pesquisa apresentada estuda a importância da avaliação e os significados assumidos por ela no contexto escolar, desde a chegada dos Jesuítas no Brasil. A partir daí, mudanças começaram acontecer no ato de avaliar, estudiosos e pesquisadores apresentavam novos mecanismos para auxiliar professores no que diz respeito à avaliação da aprendizagem. Foram instituídas leis para regulamentar o sistema de ensino na tentativa de melhorar o processo de ensino aprendizagem. Dentre essas mudanças, estão alguns instrumentos e modelos avaliativos mais utilizados nessa modalidade de ensino. Destacam-se alguns tipos de avaliações que permeiam a prática pedagógica no âmbito escolar como: avaliação qualitativa, quantitativa, formativa, diagnóstica e somativa/classificatória. Cada uma dessas avaliações possui um grau de entendimento específico, porém o professor deve saber como utilizá-las, pois vai depender da necessidade de cada aluno. Nesse contexto, a relação professor/aluno é colocada como foco, ou seja, a mediação do professor terá um significado efetivo no processo de ensino aprendizagem. É imprescindível que a avaliação deva acontecer para auxiliar na formação do educando desde o início da vida escolar, tornando-o capaz de construir sua própria autonomia. Objetiva-se nesta pesquisa compreender a importância da avaliação como um todo, sendo assim, entender como era o ato de avaliar em épocas anteriores e como está atualmente. A teoria pedagógica é o suporte e direciona a prática educativa frente aos modelos avaliativos, servindo como mediação entre a teoria pedagógica e a prática de ensino na sala de aula dando-lhes sustentação. Deste modo, os dados serão qualificados diante de suas habilidades de compreender, analisar, sintetizar e aplicar, tendo a clareza da teoria utilizada como suporte da prática pedagógica, assim como político. Em síntese, a avaliação da aprendizagem escolar

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

<sup>4</sup> Mestre em Cultura e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica Latu Sensu, com Habilitação ao Magistério Superior pela Faculdade Padre João Bagozzi. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Planalto Catarinense.

implica na disponibilidade do professor em acolher os educandos no nível em que se encontram, para, a partir daí, auxiliá-los em sua trajetória de vida. Assim, a avaliação da aprendizagem escolar não implica em aprovar ou reprovar o educando, mas sim orientá-lo de forma contínua e permanente tendo em vista sua formação como sujeito e objeto de conhecimento.

**Palavras-chave:** Avaliação Diagnóstico-Formativa. Ensino-Aprendizagem.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discorrer acerca da importância da avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, da prática pedagógica, e dos conceitos e avaliações encontradas no âmbito escolar que foram desenvolvidas no decorrer do processo histórico brasileiro.

Pensar nos tipos de avaliação faz com que se perceba o quanto ainda há para ser mudado com relação a essa prática. Pontos positivos e negativos estão em pauta sobre o tema. Entre elas, a mudança das práticas pedagógicas antigas e tradicionais.

De uma forma geral, a avaliação está presente na vida do estudante no processo educativo. Partindo desta compreensão como pesquisa, a avaliação se configura como um fator preponderante, porém nem sempre compreendida no processo escolar como prática organizada e sistematizada. A avaliação no contexto escolar deve ser realizada a partir de objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, demandam valores e normas sociais vigentes, assim sendo é lançado o seguinte problema: Qual a importância da avaliação da aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental?

Hoje está claro que a avaliação não existe por si mesma, independentemente do nível de ensino em que ocorra; opera sempre e é determinada pelas concepções pedagógicas que fundamentam a proposta de ensino. Assim, para responder ao problema determinado, objetiva-se de forma geral uma maior compreensão do que é ensinar e aprender e como dar alicerce a esses conceitos dentro de uma concepção mais global e elucidativa, especialmente num tempo em que a ciência tem sido amplamente reconhecida. Dessa forma, quando se pensa a respeito do objetivo da avaliação, o porquê e para que avaliar, a resposta invariavelmente remete ao sentido que tem o conhecimento no desenvolvimento integral do aluno. Segundo Luckesi (2002, p.33):

[...] avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo,

para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

Nesse sentido, a prática da avaliação preocupada com a transformação deve buscar novos modos de estabelecer a autonomia do educando com a mesma igualdade efetiva de oportunidades e condições e superar o autoritarismo, visto que o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Dessa forma, o conhecimento passa a ser o ponto de partida para a realização da avaliação, tendo em vista o avanço e o crescimento integral do educando e não a estagnação disciplinadora. Para isso, objetiva-se, especificamente, uma maior reflexão sobre os instrumentos avaliativos utilizados na realidade educacional, bem como a compreensão da importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

A partir do objetivo maior e da problemática citada se determinam os caminhos a serem seguidos: conhecer o histórico e as leis da avaliação para um melhor entendimento de sua importância. Entender o que é a avaliação da aprendizagem no âmbito escolar. Esclarecer a relação da avaliação da aprendizagem na construção do conhecimento do estudante e a mediação entre professor/aluno.

No intuito de alcançar um bom desempenho do estudo, foi estabelecida uma linha de raciocínio, cujo trabalho desenvolvido foi realizado de maneira científica, apresentando um estudo sobre a avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Ressaltando a importância dessa pesquisa e de acordo com Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.” Para alcançar objetivo e clareza, tal pesquisa teve como embasamento livros, artigos científicos e sites, tornando um conhecimento amplo do assunto imposto, aprimorando técnicas e conclusões para chegar aos objetivos propostos. A realização de leituras e pesquisas dos recursos citados faz compreender o significado do conhecer e identificar o tema, abordando-o de uma maneira geral.

O estudo da pesquisa a ser seguido está embasado nas ideias de alguns autores considerados importantes na atualidade como: Hoffmann, Luckesi, Falivene, Vasconcellos e Perrenoud.

Para melhor compreender o conceito do que vem a ser avaliação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997) apontam que a avaliação vai além da visão tradicional, focalizando o contexto externo do aluno, ou seja, não se restringe à julgamentos, sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações, com intuito de alimentar e orientar o ato

pedagógico. A avaliação deve ser contínua e sempre valorizar o conhecimento construído pelo estudante e o professor poderá intervir fazendo o diagnóstico da aprendizagem do estudante.

Nesta pesquisa é realizada uma linha de tempo que traz informações até então pouco conhecidas, como mudanças importantes no conceito de avaliação e nas práticas educativas e como fator primordial no ensino-aprendizagem. Para Luckesi (2011, p. 206) “a avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado.” Diante disso, entende-se que a avaliação da aprendizagem na vida do estudante se torna significativa e essencial, quando o professor passa ser o mediador na vida escolar desse estudante, pois o educador explora sua capacidade transferindo conhecimentos e diferenciando a aprendizagem mecânica da significativa.

De acordo com Hoffmann (1995, p. 52), “o aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive, da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento.” O ato avaliativo, em alguns momentos no processo de aprendizagem do estudante, sendo individual ou coletivo, pode se tornar harmonioso a partir da visão ampla e dinâmica do educador.

A pesquisa realizada busca a compreensão de alguns conceitos de avaliação. Sendo assim, está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo engloba o conhecimento do histórico e as leis da avaliação da aprendizagem que foram instituídas para a organização do sistema de ensino. O segundo capítulo trata de entender o que é avaliação no âmbito escolar, além das mudanças que permeiam a prática educativa do século XXI. E o terceiro capítulo irá esclarecer o processo de ensino aprendizagem na construção do conhecimento do estudante, a relação mediadora de professor/aluno, abordando a avaliação diagnóstica como ferramenta para contribuir na formação do aluno durante o período escolar, enfatizando que as habilidades se fazem por meio das competências de professor e aluno.

## **2 O HISTÓRICO DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Compreender a trajetória da Educação e seus processos avaliativos torna-se essencial para que se compreenda a história educacional brasileira “pelo tripé de quem faz (o homem), o contexto e o produto (o que foi feito), sempre com a perspectiva de entender o presente”<sup>5</sup> como acontecimentos dinâmicos, contínuos e em constante evolução através dos

---

<sup>5</sup> Fragmento citado por Gisela Wajskop, Diretora do Instituto Singularidades na série especial: História da Educação no Brasil: de onde vem e para onde vai a escola brasileira - ANA LIGIA SCACHETTI. Publicado em 18 de outubro de 2010. Disponível: [revistaescola.abril.com.br/avulsas/expediente.shtml](http://revistaescola.abril.com.br/avulsas/expediente.shtml).

tempos. Nessa perspectiva, percebe-se que o sistema de avaliação representa um marco em relação às tendências e ao desenvolvimento do processo avaliativo nas diferentes fases históricas até os dias de hoje.

A organização da educação no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas no ano de 1549, permanecendo aqui por 210 anos, com o objetivo de realizar uma educação católica. Através de um trabalho missionário, dedicavam-se a salvar almas, abrindo caminhos para a participação dos colonizadores com uma prática que desconsiderava a vida cotidiana e as vivências em uma sociedade de economia agrária, na qual a educação não tinha valor social importante. De acordo com Aranha (1989, p. 51):

O ensino jesuítico possuía uma metodologia, própria baseada em exercícios de fixação por meio de repetição, com objetivo de serem memorizados. Os melhores auxiliavam os professores a tomar lições de cor dos outros, recolhendo exercícios e tomando nota dos erros dos outros e faltas diversas que eram chamadas de decuriões. As classes inferiores repetiam lições da semana todo sábado. Daí a expressão “sabatina” utilizada por muito tempo para indicar formas de avaliação.

Como visto, a educação dos jesuítas era voltado à catequese visando à hegemonia católica, diferentemente do que significava para a elite colonial que buscava a formação de homem universal, humanista e cristão que absorvesse a cultura geral. As aulas eram expositivas, pelo método de repetição e com os desafios que estimulavam a competição e a disputa. As provas eram orais e escritas, meramente formais, com o objetivo de avaliar conhecimentos alheios à realidade da vida da colônia e marcados por uma essência imutável do homem.

Contudo, a ação pedagógica dos jesuítas, mesmo não tendo um sistema eficaz de avaliação, definia com clareza os procedimentos e objetivos de um ensino eficiente, com atenção especial nas provas e exames. Esse processo se manteve até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal. Com isso, a educação brasileira, que já tinha um sistema consolidado, sofreu uma ruptura histórica.

Na sequência, em 1772, teve início um ensino público, diferente daquele patrocinado pelo Estado (ligado à igreja), mas, financiado pelo e para o Estado: o “subsídio literário” com o objetivo de organizar a educação por meio de disciplinas isoladas chamadas de aulas régias. Porém, muitas dificuldades foram encontradas, pois não havia formação adequada para os professores, além de serem mal pagos. Entretanto, mesmo com as dificuldades, foi criado o seminário de Olinda em 1798, o que pode ser considerado um ponto positivo, pois, de acordo com Piletti (1995, p. 138), esse seminário, “tinha uma estrutura propriamente dita, em que as

matérias apresentavam uma sequência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classe e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido”.

Todavia, no início dos anos de 1800, a educação no Brasil apresentava-se inexpressiva. O sistema jesuítico havia sido desmantelado e nada que pudesse lembrá-lo havia sido organizado para dar continuidade ao processo educativo. Esta situação se modificou com a chegada da família real ao Brasil em 1808 com uma série de ações e modificações no contexto educacional: a liberdade de ensino, com possibilidade de abertura de outras escolas de tendências pedagógicas diferenciadas (por exemplo, a positivista), a inspeção ao magistério e principalmente a liberdade de credo religioso.

Instituíram-se cursos que necessitavam de preparo de pessoas mais diversificadas. Assim foi criado o curso de cirurgia nesse mesmo ano, a academia militar (1810), Escola Politécnica (1874), entre outros. Tais incrementos representaram um avanço aos padrões científicos da época. O objetivo passava a ser a criação de uma escola útil ao Estado para a formação de uma elite aristocrática.

É importante frizar que a partir de 1823 observou-se mudanças no segmento educacional. No primário, o método usado era de ensino mútuo que visava à reciprocidade do aprendizado entre alunos. Nessa área atuava apenas um professor por escola e por isso não havia uma avaliação adequada, pois a responsabilidade pela aprendizagem era passada a um aluno, o decurião, entre um grupo de dez. O número de professores era insuficiente, visto que o Estado visava formar uma elite dirigente, dando ênfase apenas ao ensino secundário com o objetivo de formar estudantes para ingressar no ensino superior. Inicialmente, o sistema era de aulas avulsas e com professores particulares. Porém, com o passar do tempo, as aulas do ensino superior passaram a ser em escolas isoladas, os chamados liceus. Como consequência dessas ideias, Reis (1974, p. 9-10) comenta que:

Nesse período verifica-se uma inserção de grupos protestantes no Brasil que vem influenciar a educação, como à abertura de colégios particulares (a escola americana, 1870), entretanto a influência deste modelo só atinge a escola pública especialmente em São Paulo, no ensino da República.

Na visão do protestantismo – que concebia a educação como indispensável para a influência que pretendia exercer na sociedade brasileira –, a educação e a religião eram duas forças fundamentais para que uma sociedade vivesse em harmonia e segurança. Essa prática

educativa, com raízes no Liberalismo<sup>6</sup> norte americano, verificou-se entre os anos de 1860 e 1920. Era fundamentada nas Escrituras Sagradas e defendia uma pedagogia moderna, frente a um país de educação precária; acreditavam que o progresso seria o produto dessa educação e da cultura protestante.

Já no ano de 1890, com o decreto nº 981, houve a reforma de Benjamim Constant, com o objetivo de garantir o ensino oficial e livre. A separação das escolas primárias, a família e sociedade como parte integrante e fundamental, auxiliando para um novo olhar ao ensino primário. Este ensino passaria a ser gratuito, laico e obrigatório. Porém, na prática, permaneceu um ensino elitista, em que a preocupação maior era o ensino secundário e superior.

Todavia, no ano de 1911, acontecia a Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental que foi implementada em abril desse mesmo ano, pelo decreto nº 8.659. Esta Reforma tinha como pensamento a liberdade de aprender e a responsabilidade para que o aluno tivesse sua própria autonomia. Determinava a desoficialização do ensino no país, desmembrando da União o direito exclusivo pela criação de instituições de ensino superior. Propunha que as disciplinas, a presença nas aulas, as séries, fossem obrigatórias durante todo o ano letivo, e os professores tinham como dever seguir o planejamento aprovado pela reforma. De acordo com Aranha, (1996) pode-se dizer que essa reforma aconteceu de maneira efetiva e original, e baseou-se na concepção positivista de Educação – doutrina filosófica, social e política que organizou alguns princípios sobre o homem e uma explicação científica da sociedade na qual o conhecimento da realidade é um direito dos homens e deveriam lhe dar o controle da sua sociedade.

A década seguinte, de 1920, foi um período muito importante no campo educacional, pois grandes iniciativas foram impostas para a melhoria na educação, mesmo não tendo ainda um sistema de ensino público organizado, como nos dias de hoje, dirigido pelo Ministério da Educação. Esse período ficou marcado por um movimento conhecido por Escola Nova<sup>7</sup>, cuja

---

<sup>6</sup> Entende-se liberalismo como um modo de compreender a natureza humana e uma proposta destinada a possibilitar que todos alcancem o mais alto nível de prosperidade de acordo com seu potencial (em razão de seus valores, atividades e conhecimentos), com o maior grau de liberdade possível, em uma sociedade que reduza ao mínimo os inevitáveis conflitos sociais. Ao mesmo tempo, o liberalismo se apoia em dois aspectos vitais que dão forma a seu perfil: a tolerância e a confiança na força da razão. MONTANER, C. A. Instituto Millenium. Disponível em: [www.institutomillennium.org.br](http://www.institutomillennium.org.br)

<sup>7</sup> A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que se desenvolveu no Brasil sob importantes transformações econômicas, políticas e sociais, e propagou-se na ampliação do pensamento liberal no país. Para o escolanovismo, a educação é o elemento único e eficaz para que uma sociedade democrática se concretize, respeitando a diversidade e a individualidade de homens aptos a refletir sobre a sociedade e inserir-se nela. “Para

função era de formar cidadãos livres e conscientes para suas escolhas, dentre os idealizadores desse movimento destacam-se: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho. Entre o período de 1920 à 1928, foram discutidas em cursos essas reformas, a fim de darem continuidade a outros Estados.

Na sequência, grandes mudanças aconteceram. Nos anos 30 Getúlio Vargas assumiu o governo e viveu-se um momento de ditadura e autocracia do estado. Nesse período, o sistema educacional dava ênfase a uma avaliação mensurada, isto é, o que importava eram os resultados que o aluno obteria através de provas e verificação de conteúdos. Nesse momento, surge o Decreto nº 19.890/31, na Reforma Francisco Campos, voltado para organizar o ensino secundário em curso fundamental a fim de alcançar alunos com idade de 11 anos, e o curso complementar, com dois anos de duração, tornando-se obrigatório para matriculados em instituições superiores. Em relação à avaliação, esse decreto visava a regulamentação dos procedimentos apenas a provas e exames, ou seja, era de uma visão classificatória.

Essas ideias foram levadas a inquéritos através de reformas estaduais, dentre elas se destaca o Manifesto dos Pioneiros, em 1932. Esse Manifesto, liderado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, defendia que a educação deveria ser pública, obrigatória e gratuita, sendo um instrumento de democracia no Brasil. Além disso, afirmavam que todos os professores deveriam ter formação universitária, e que o conhecimento passado aos alunos deveria ser funcional, ou seja, um currículo adaptado à natureza do aluno. Na sequência, algumas leis foram instituídas referentes a avaliação, leis essas que objetivavam a organização do sistema educacional escolar seguido da avaliação que forneceria informações para orientar as escolas e professores no sentido de melhorar os resultados de todos no âmbito escolar.

Nesse contexto, acontece a preparação da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o marco inicial da preocupação com um “projeto nacional de educação, com visão sistêmica, de totalidade”. Nessa mesma década, elaborou-se a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 16 de julho de 1934 (BRASIL, 1934a). Instituíram-se os sistemas de ensino e os conselhos de educação na Constituição de 1934. No Capítulo que trata da educação e cultura declarou-se que a educação é direito de todos (Art. 149), e na letra “a” do parágrafo único do Art. 150, diz-se que o ensino primário é integral e gratuito. Assim, ficaram

---

John Dewey, o grande nome desse movimento, a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida” (FILHO, 1950. p. 133).

claras nos dispositivos constitucionais as postulações do Manifesto dos Pioneiros, superando a praxe corrente de reformas fragmentadas e desarticuladas.

Na década seguinte, vários fatores modificaram o desenvolvimento da educação. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria e a formação da ONU (Organizações das Nações Unidas) modificam o processo educacional no mundo inteiro. No Brasil, o impacto aconteceu de maneira diferente, pois, a educação se volta para a formação do cidadão. Porém, devido ao problema na escolaridade, o estudo das ciências humanas se tornou a principal aliada da pedagogia na discussão de novas maneiras para melhorar a educação.

Entretanto, Aranha (1989, p. 202) afirma: “os métodos ativos quase sempre esbarram em dificuldades de toda ordem, de modo que, ao lado de realizações pioneiras, coexistem escolas tradicionais e antiquadas”. Em 1942 – período do Estado Novo que teve início em novembro de 1937, quando a educação assumiu um caráter moralista, num Código da Educação Nacional, – foi promulgada a Reforma Capanema (Brasil, 1942), Lei Orgânica do Ensino Secundário, que foi organizado em dois ciclos de estudos, o ginásial e o clássico ou científico, na qual estruturou-se o ensino industrial, reformou-se o ensino comercial e criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Porém, quanto à avaliação da aprendizagem, não houve nenhuma renovação, a definição de avaliação adotada na legislação, é a do Decreto-lei nº 4.244/42, cap. IV, art. 30:

A avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez, dentro de uma escala numérica, cuja ênfase é a representação quantificada do rendimento apresentado pelo aluno, em exercícios e exames, para sua classificação de acordo com o seu nível de aproveitamento nas diversas disciplinas, visando a seleção dos melhores, para prosseguir ou concluir os estudos.

Somente em 1945 os ideais dos Pioneiros renasceriam no clima da redemocratização, tendo como objetivo o estudo e planejamento da educação em todos os graus, segundo diretrizes e em bases democráticas. A nova Constituição de 1946 estabelecia que “compete à União legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, determinando o percurso desse período de estruturação política e educacional. O Ministro Clemente Mariani apresenta em 1948, um anteprojeto da LDB à Câmara dos Deputados, porém sofreu grande oposição, visto que Gustavo Capanema defendia o controle da educação pela União. Foi retomado em meados da década seguinte, sob orientação privatista com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda. Nesse meio tempo, esses conflitos desencadearam uma verdadeira “Campanha em Defesa da Escola Pública”, principalmente pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e os movimentos populares de base que unidos aos intelectuais, apresentaram

inovações para educação e cultura, como: Centros Populares de Cultura da UNE, o Movimento de Educação de Base da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o Método de Alfabetização de 40 horas de Paulo Freire, entre outras iniciativas.

Nos anos 60, entra em vigor a Lei nº 4.024, fixando as Diretrizes e Bases da Educação, substituindo a Reforma Capanema. Para maiores explicações a respeito da avaliação subjacente a essa legislação, recorreu-se, também, aos Pareceres nº 102, de 09 de junho de 1962, e nº 207, de 14 de abril de 1966, do Conselho Federal de Educação, que tratam, especificamente, do assunto. Todavia, como nos documentos anteriores, não se encontra grande número de artigos e parágrafos referentes à avaliação. Obviamente, na tentativa de imprimir um caráter mais descentralizador à organização do ensino, foi deixado a cargo da escola dispor sobre as modalidades do processo ensino aprendizagem, delimitando a avaliação como um procedimento para julgar o aproveitamento do aluno, que tem como referência, no Parecer nº 102/62, último parágrafo, que cabe ao professor o julgamento, de acordo com a sua melhor consciência profissional. “Não se trata de prescrição de provas e exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso de forma que se mantenha razoável e segura aferição do aproveitamento do aluno”.

Dessa forma, a importância da avaliação contínua é observada na legislação vigente à época, que enfatiza: continuidade, compatibilidade com o trabalho realizado e necessidade de análise dos resultados de desempenho do aluno de modo compreensivo. Para melhor explicitação, seguem-se algumas referências:

Lei nº 4.024/61, art. 39: “Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados durante o ano letivo [...].

Diz o art. 43 da Lei nº 4.024/61: Cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento ou estatutos sobre a organização, a constituição de seus cursos, e o seu regime administrativo disciplinar e didático.

Parecer do CFE nº 207/66, item 3: A apuração do rendimento escolar é de alçada da escola. Respeitados os limites da lei, cabe a ela dispor, no seu regimento, sobre o seu regime disciplinar e didático, ou seja, sobre as modalidades do processo apurador.

Parecer CFE nº 102/62: [...] Não se trata de prescrição de provas e exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso [...].

Parecer CFE nº 207/66: “[...] Na avaliação do aproveitamento do aluno devem preponderar os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares [...]. Os resultados alcançados durante o ano letivo, mais que as notas, símbolos mais ou menos arbitrários, são principalmente os progressos feitos ao longo dos meses [...].

Quanto à finalidade da avaliação, entretanto, parece não haver alteração no que vigorava até então, ou seja, a avaliação ainda visava a aferir o grau de aproveitamento do aluno, tendo em vista selecionar aqueles com condições de serem promovidos à série imediatamente superior. Para os educadores, o que interessava era quantidade e estabelecer o

controle de todo processo curricular, e, conseqüentemente, os processos avaliativos, e ao final obter o resultado, ou seja, a nota que mostrava se o aluno era bom ou ruim. O objetivo era de se aplicar provas de todo o conteúdo que era passado em sala de aula, isso era o que fazia a seleção dos alunos. Essa prática educativa passou a ser vista por uma pedagogia de exame, ou seja, se os alunos tiram notas boas, não têm com o que se preocupar.

A própria instituição de ensino se preocupava com os números de reprovados e aprovados. Automaticamente, o sistema social gostaria de receber o resultado satisfatório em relação às aprovações. Nesse processo de avaliação, os pais esperavam que seus filhos apenas avançassem de séries, sem mesmo saber como chegaram ao resultado final. Isso mostra que a prática educativa era uma pedagogia de exame, pedagogia essa que se preocupava em cumprir o padrão proposto pelo sistema educacional, diferindo de uma pedagogia voltada para o ensino aprendido.

Nesse contexto, Luckesi (2000, p. 21) cita que:

Os professores elaboram suas provas para “provar” os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem; por vezes, ou até em muitos casos, elaboram provas para “reprovar” seus alunos. Esse fato possibilita distorções, as mais variadas, tais como: ameaças, elaboração de itens de prova descolados dos conteúdos ensinados em sala de aula; construção de questões sobre assuntos trabalhados com os alunos, porém com nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado; uso de linguagem incompreensível para os alunos etc.

Nessa linha de pensamento, entende-se que os professores eram submissos a um único sistema, se deixando levar por práticas tradicionais, tornando assim o uso da prova para disciplinar e ameaçar os alunos, processo que lembra a pedagogia jesuítica, que tinha como prioridade aplicar provas e exames para chegar aos resultados esperados. A partir dessa ideia, Luckesi destaca que (2000, p. 24).

[...] as notas se tornam a divindade adorada tanto pelo professor como pelos alunos. O professor adora-as quando são baixas, por mostrar sua ‘lisura’ [...]. Dessa forma, o aluno deseja sua nota a qualquer custo, precisando dela pela necessidade de aprovação. Independente da sua aprendizagem é a nota que tem o domínio de tudo na prática escolar vivida.

A ameaça da nota atingia o psicológico do aluno. Tendo o medo como um fator negativo no processo de ensino aprendizagem, o castigo psicológico se tornava mais grave do que o físico. Desse modo, a pedagogia de exame se estendeu por muito tempo, trazendo conseqüências como: não auxiliando a aprendizagem do aluno no campo pedagógico, tornando-o submisso, levando o aluno a seletividade. Não importando qual o modo avaliativo.

Por outro lado, algumas mudanças tornaram-se decisivas nesse processo. Aos poucos, desaparecia a tentativa de uniformidade dos padrões de julgamento do aluno, constantes na

legislação anterior, com provas únicas pelo sistema estadual ou municipal de ensino, deduzindo-se daí que a avaliação deveria estar de acordo com o trabalho desenvolvido pelo professor. Conforme o Parecer do CFE (Conselho Federal de Educação) nº 102/62, oitavo parágrafo, a lei procurou evitar “a excessiva impessoalidade dos exames elaborados por especialistas sem vivência do processo escolar”. Quanto à análise dos resultados do desempenho do aluno, levando em consideração possíveis variáveis que determinavam a nota final obtida, há no Parecer do CFE nº 207/66 a seguinte manifestação:

Nenhum educador digno deste nome sacrifica a realidade do fato pedagógico a uma presunção legal. Talvez se visse forçado a fazê-lo em outras épocas, coagido por leis mais rígidas. Dentro da L.D.B., não. Compete ao professor, que tem no exame “autoridade de julgamento” tudo ponderar: a situação inicial do aluno, os “resultados alcançados durante o ano letivo”, sua facilidade ou dificuldade de raciocínio e expressão no momento das provas, os resultados do exame. E depois de tudo ponderado, cabe não à máquina calculadora da Secretaria, mas ao mesmo professor, antes, aos professores (pois se trata de uma banca), dar o juízo definitivo sobre o rendimento escolar do aluno.

Sendo assim, a decisão da aprovação ou retenção do aluno não deveria se apoiar somente na visão quantitativa obtida por ele ao final do ano, considerar-se-ia também o nível de desenvolvimento apresentado. O responsável pela avaliação do aluno ainda seria o professor. Porém, a decisão final deveria ser acompanhada por uma comissão examinadora, de acordo com o 2º parágrafo do art. 39 da Lei nº 4.024/61, que diz que “os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada por professores do próprio estabelecimento e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente”. Orientou-se, ainda, que fossem utilizados, além dos exames e provas, outros processos de avaliação da aprendizagem. No entanto, não há nos textos analisados sugestões de procedimentos de avaliação que não sejam de testagem.

A década seguinte viria revogar quase que totalmente a Lei nº 4.024/61 em substituição a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Tal como na lei anterior, em seu artigo 14, apresenta considerações gerais sobre a avaliação, que ficaria a cargo dos estabelecimentos escolares, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade do aluno. Esse artigo tratava da avaliação do aproveitamento e de promoção do aluno, da recuperação referente ao seu aproveitamento insuficiente e da possibilidade de avanços progressivos, reproduzidos em quatro parágrafos:

§1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expresso em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§2º - O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§3º - Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

- a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;
- c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§4º - Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

Compreende-se, assim, a avaliação da aprendizagem como um processo de acompanhamento do aluno em seu desenvolvimento escolar tendo como referência as metas educacionais estabelecidas. Constituiu-se num processo amplo, não se restringindo à aquisição de conhecimentos, mas sim, a construção de conceitos, de habilidades e a formação de atitudes, considerando principalmente as potencialidades do aluno.

Em suma, a avaliação, de acordo com o CFE (Parecer nº 360/74), deveria “propiciar o replanejamento do trabalho educativo, em função dos objetivos educacionais visados e das potencialidades do aluno”, tendo o planejamento escolar e a avaliação como um processo que acompanha e julga o caminho percorrido pelo aluno para alcançar os objetivos propostos, enfatizando não só a função classificatória, mas valorizando o conhecimento que o aluno já possui.

Entretanto, ainda constava a ideia de classificação na avaliação regulamentada, desde os primeiros sistemas de ensino, como um conjunto de conhecimentos e habilidades que o aluno deveria ter a cada série, e o mais importante: o tempo para assimilá-los seria o da escola e não o do aluno, o que marca uma organização escolar seriada. Por esse motivo, foi previsto o sistema de avanços progressivos, tratado no item I do Parecer nº 360/74 do CFE, do seguinte modo:

O sistema de avanços progressivos implica na “adequação dos objetivos educacionais às potencialidades de cada aluno, agrupando por idade e avaliando o aproveitamento do educando em função de suas capacidades. [...] Não existe reprovação. A escolaridade do aluno é vista num sentido de crescimento horizontal; o aproveitamento, numa linha de crescimento vertical. Pelo regime de avanços progressivos, o aproveitamento escolar independe da escolaridade, ou seja, do número de anos que a criança frequenta a escola”.

Interessante destacar que se esse sistema de avanço progressivo realmente fosse adotado, como possibilitava a legislação, se extinguiria a função quantitativa e classificatória da avaliação. Para isso, foram indicadas algumas condições no referido parecer, desde a

infraestrutura até a formação de professores. Quanto aos princípios norteadores da avaliação escolar, seriam os de continuidade, amplitude e compatibilidade com os objetivos educacionais propostos.

Dentro dessa visão, é importante ainda mencionar o art. 14 da Lei nº 5.692/71, que tratava dos estudos de recuperação, para os alunos com aproveitamento ou frequência insuficientes, de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino em que estudassem. O Parecer CFE nº 2.194/73, que trata da Recuperação de Estudos, destaca “que se atribua a devida importância à recuperação feita no processo da aprendizagem, encarado como segunda alternativa e que se realize em período especial”, e que esta deve ser tratada “como um trabalho individualizado de orientação e acompanhamento de estudos, capaz de levar o aluno a sanar as insuficiências verificadas em seu aproveitamento”. Se comparado a Legislação anterior, percebe-se a ênfase dada à avaliação como um processo amplo e de integração contínua do trabalho de cada profissional em seu estabelecimento de ensino.

No final da década de 70 e início de 80 houve um amplo processo de mudanças e organizações na área educacional, dando ênfase no conceito do que é avaliação e nas formas de avaliar. Alguns educadores perceberam a necessidade de reestruturação no ato avaliativo, com a preocupação em melhorar o ensino, porém não houve sucesso nos resultados, pois ainda alguns professores persistiam em permanecer com a antiga prática. Por outro lado, foi a partir da abertura política dos anos 80 que as conquistas mais significativas ocorreram na educação nacional. Destaque para a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e de responsabilidade do governo, da família e da sociedade, tornando-se legítima pela Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). A partir desses dois instrumentos legais, no âmbito da educação, ficaram asseguradas aos profissionais uma formação inicial e continuada para todas as modalidades e níveis de ensino, além de aclamar um movimento nacional sobre a importância da educação para o processo de desenvolvimento social.

Foram organizados congressos, seminários e estudos sobre o assunto, na tentativa de inovar o conceito dos professores, sendo questionadas as formas e métodos utilizados até o período. Os organizadores desse estudo tinham como objetivo motivar os educadores para novos desafios dentro e fora do ambiente escolar. No entanto, a avaliação autoritária e tradicionalista permanece com frequência no âmbito escolar, pois professores persistiam nessa prática.

Com os problemas enfrentados na realidade, a cobrança de mudanças no processo de avaliação na sala de aula recai sobre o professor. Porém, ele não encontra o apoio necessário em seu ambiente de trabalho para sua ação transformadora.

Sobre essa possível mudança Vasconcellos (1998, p. 15) afirma:

Não estamos absolutamente pondo em questão a necessidade de avaliar; o que estamos denunciando é uma determinada forma de fazer avaliação. Através de uma leitura crítica, podemos até concordar que, num certo sentido, ela está, com efeito, aperfeiçoando o processo, só que na perspectiva seletiva, excludente, e não na democrática.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a avaliação pode parecer fácil quando discutida. Porém, quando colocada em prática em sala de aula, volta a ser uma avaliação seletiva. Por isso a necessidade de mudança é constante na perspectiva de uma ação de resgatar as práticas pedagógicas democráticas. Com a década de 90, têm início novas perspectivas no processo educativo. A Conferência de Educação para Todos<sup>8</sup>, em Jomtien, trouxe outros questionamentos e novas metas educacionais no cenário nacional na busca de educação para todos. Com essa perspectiva, o PNE e o PDE se configuraram como instrumentos importantes para realizar tais metas.

### **3 MUDANÇAS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO PONTO DE PARTIDA PARA TRANSFORMAR A PRÁTICA EDUCATIVA DO SÉCULO XXI**

A partir da década de 80, teve início no Brasil um novo processo de construção da Democracia, com a Constituição de 1988. Essa nova realidade foi um divisor de águas para a história política e educacional desse país, trouxe consigo o desafio de modificar a lógica conservadora da escola e criar uma nova concepção de homem e de sociedade dentro de um mundo com princípios humanísticos e democráticos.

Para entender a importância do ato avaliativo nesse processo, assegurando que os profissionais da educação e a escola tenham autonomia na forma de avaliar, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 20 de dezembro de 1996.

---

<sup>8</sup> Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, organizado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, com o objetivo de “satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos”. Assim, os países participantes deveriam elaborar Planos Decenais, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação Para Todos para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência, tal fato é visível na elaboração dos seguintes documentos estudados nesse trabalho: LDB (1996) e PCN (1997). MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "Declaração de Jomtien" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. SP: Midiamix, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>.

Definindo-se que o ensino ficaria sob a responsabilidade do Estado, e no que se refere à verificação do rendimento escolar e no processo avaliativo, ficou especificado na LDB 9394/96, artigo 24, inciso V, que:

- V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
  - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
  - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
  - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
  - e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Essas são algumas determinações criadas pelo Estado para orientar os professores e as instituições de ensino nas questões avaliativas, sem tirar do educador sua criatividade e autonomia além de não modificar o currículo da escola. De acordo com a LDB, os Estados e Municípios podem formalizar seus critérios de avaliação correspondente às necessidades gerais de cada região.

No artigo 32 da LDB 9394/96, foi destacada a organização para a avaliação do ensino fundamental até nove anos de idade.

- Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
  - II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
  - III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
  - IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Entendeu-se que essa lei é a mais importante, pois é a base para a educação brasileira, destacando que todo cidadão tem direito e acesso às escolas com uma educação igualitária.

Para atender às necessidades sobre a avaliação nas escolas, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) focalizam no aluno para que esse faça parte do processo educacional independente de notas ou conceitos. Nos PCN's, a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um conjunto de elementos com a função de subsidiar e orientar o processo pedagógico, sendo contínuo e sistemático diante do conhecimento adquirido e construído pelo aluno. A avaliação deve ocorrer se estiver relacionada com as oportunidades propostas pelo professor, como se verifica nos PCN's (BRASIL, 1996, p. 55):

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. Tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é o habitual. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, que contribuem efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso.

Sendo assim, pode-se entender que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados para auxiliar o professor na organização do processo de ensino aprendizagem. É importante que a avaliação aconteça durante todo o percurso das aulas, não somente ao final do ano letivo, pois essa prática facilitará e irá contribuir para o sucesso do aluno.

Da mesma forma, consideram-se também os pareceres do Conselho Nacional de Educação, que enfatizam a avaliação como processo que busca “detectar o grau de progresso do aluno em cada conteúdo” (Parecer CNE/CEB nº 05/97), sugerindo ser a avaliação um meio de verificar o alcance de objetivos estipulados, sem que necessariamente se restrinjam somente aos conteúdos. Tem-se o que diz o Parecer CNE/CEB nº 12/97:

Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde esta – a avaliação – é o instrumento indispensável, para permitir que se constate em que medida os objetivos colimados foram alcançados.

No Parecer CNE nº 12/97 há clara intenção de não associar avaliação a uma função classificatória, que vise subsidiar a decisão de promoção ou retenção do aluno, como sugere este trecho:

[...] é importante assinalar, na nova lei, a marcante flexibilização introduzida no ensino básico, como se vê nas disposições contidas nos artigos 23 e 24, um claro rompimento com a “cultura da reprovação”. O norte do novo diploma legal é a educação como um estimulante processo de permanente crescimento do educando – “pleno desenvolvimento” – onde notas, conceitos, créditos ou outras formas de registro acadêmico não deverão ter importância acima do seu real significado. Serão apenas registros passíveis de serem revistos segundo critérios adequados, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação, que revelem progresso em comparação a estágio anterior, por meio de avaliação, a ser sempre feita durante e depois de estudos visando à recuperação de alunos com baixo rendimento.

Como visto, a função avaliativa é acompanhar o desempenho do aluno em suas conquistas e progressos. Assim, há a previsão de alternativas para flexibilização dos meios de classificação e promoção do aluno com o avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de êxito no aprendizado ou aproveitamento de estudos concluídos.

No entanto, a forma de avaliar, mesmo com mudanças significativas, ainda provoca discussões relevantes feitas pelos professores sobre os tipos de avaliações que estão praticando. Segundo Vasconcellos (1998), a avaliação ainda é vista como forma de controle.

Para que os professores saibam como está sendo realizado seu trabalho com avaliação, é preciso descobrir novos métodos de ensinar e avaliar.

Muitos questionamentos são levantados com relação à avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: examinar ou avaliar? Para responder essa dúvida, Luckesi (2011) distingue dois tipos de condutas: na qual examinar se caracteriza pela classificação e a seleção dos alunos, enquanto que a avaliação é caracterizada pelo ato de diagnosticar e incluir. Quanto a esses princípios norteadores da avaliação, encontram-se referências nas leis anteriores e nos seus pareceres, que ela seja contínua e cumulativa, devendo prevalecer os resultados que o aluno obteve no decorrer do período letivo, cabendo, segundo a LDB, ao professor decidir como serão utilizados, visto que é dele essa atribuição, como consta no Art. 13, a) zelar pela aprendizagem dos alunos (inciso III) e b) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento (inciso IV).

Portanto, o aluno não está na escola se submetendo à seleção, mas deseja aprender, e, para que isso ocorra, a escola deve se importar com o aluno e verificar se ele está aprendendo ou qual o seu rendimento. Além disso, o professor, por sua vez, deve ser o mediador, deve criar maneiras e estratégias para facilitar o aprendizado do aluno, avaliando sua prática como um todo, mantendo como foco o desejo de realizar a avaliação, com dedicação e fazendo uma auto avaliação das suas práticas educativas. Nesse sentido, Hoffmann (1998, p.28) ressalta:

O tema avaliação configura-se gradativamente mais problemático na educação à medida que se amplia a contradição entre o discurso e a prática dos educadores. Embora os professores ainda relacionem estreitamente a ação avaliativa a uma prática de provas finais e atribuição de graus classificatórios (coerente a uma concepção sentenciva), criticam eles mesmos o significado dessa prática nos debates em torno do assunto. Só considero possível a análise dessa contradição através do resgate do cotidiano da avaliação, reconstruindo-se o significado a partir da problematização de nossas vivências, de reflexão sobre nossas crenças em educação.

Na visão da autora, compreende-se que avaliação deve ser libertadora e construtivista, e que haja consenso nas escolas no sentido de envolver órgãos públicos e suas responsabilidades a fim de rever conceitos burocráticos que envolvem a avaliação. Ampliar o desejo dos educadores e levar as discussões sobre avaliação das escolas para a sociedade é necessário, pois dessa forma será possível a implantação de novas práticas, novos métodos, deixando o tradicionalismo esquecido e construindo novos ideais.

Sendo assim, o ato de avaliar requer a quebra de paradigmas tradicionais e a responsabilidade de mudança não pode recair somente sobre o professor, pois a comunidade escolar e o poder público devem assumir esse compromisso. Da mesma forma, a gestão da escola deve abrir caminhos sem colocar obstáculos para que o professor tenha motivação na

realização do seu trabalho. Encontra-se expressa no Parecer CFE nº 360/74 uma perspectiva de análise contemplando as condições de ensino do ambiente escolar e eventuais sucessos ou fracassos dos alunos como alerta para possíveis ações a serem ministradas na escola e não necessariamente com os alunos. Nesse sentido, o art. 9º, inciso VI, dessa mesma Lei prevê à União a incumbência de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

Como visto, ações vêm se concretizando no ensino fundamental e médio por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e, ainda, para os egressos do ensino médio, há também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse sistema de provas e exames, criados e aplicados por instâncias externas à escola, como procedimentos de avaliação adotados pelo poder executivo federal e reproduzidos por estados e municípios, pode influenciar ou até estruturar o currículo escolar e, nesse processo, a própria relação que se estabelece entre o professor e o processo de aprendizagem de seus alunos.

Se tratando de avaliação, as ideias de Luckesi (2011) levam à compreensão que o ato de avaliar não é mera forma de examinar ou classificar o aluno, ou seja, atribuição de notas ou conceitos. Nesse método não importa o processo desenvolvido e sim o resultado final. Sendo assim, o ato de examinar ainda relembra ideias passadas. Partindo desse pensamento, Luckesi (2011, p. 62,63) define o conceito de avaliação:

O ato de avaliar tem como função investigar a qualidade do desempenho dos estudantes, tendo em vista procederem a uma intervenção para a melhoria dos resultados, caso seja necessária. Assim, a avaliação é diagnóstica. Como investigação sobre o desempenho escolar dos estudantes, ela gera um conhecimento sobre o seu estado de aprendizagem e, assim, tanto é importante o que ele aprendeu como o que ele ainda não aprendeu. O que já aprendeu está bem; mas, o que não aprendeu indica a necessidade da intervenção de reorientação..., até que aprenda.

Dessa forma, o estudante que não alcançar o objetivo esperado pelo professor necessita de atenção para desempenhar seu aprendizado, no seu ritmo sem qualquer intervenção negativa. A avaliação deve ser o instrumento utilizado pelo professor no sentido de investir positivamente para realizar um resultado satisfatório para ambos. Como salienta Luckesi (2011), avaliar dentro da escola deve objetivar ações de inclusão em uma sociedade (escola) que por vezes exclui.

Como visto anteriormente, e como reitera Luckesi (2011, p. 70), a política tem papel fundamental nesse processo, pois “a avaliação da aprendizagem é democrática, pois que,

sendo inclusiva, acolhe a todos, o que se opõe ao modelo social hierarquizado e excludente da sociedade burguesa, daí ser difícil praticá-la”. Diante disso, há alguns fatores que interferem na ação avaliativa dos educadores: a ação construída ao longo da história da educação que, às vezes, os aprisionam no tradicionalismo; a sociedade que os mantém presos a um método que dificulta a mudança para novas práticas e, por último, a experiência que cada educador traz consigo e acaba reproduzindo sem intenção, pois é fruto do processo de examinar, encontrando dificuldade para mudar as práticas antigas.

Para melhor entender os fatores acima citados, Luckesi (2011, p. 71) explica:

Em nossas vidas escolares, aprendemos a obedecer, de modo externo e aversivo, e, agora, repetimos essa prática junto aos nossos educandos, usando os exames como recurso de controle. Os traumas e abusos, pelos quais passamos em nossas vidas, fixam-se em nosso inconsciente e, de lá, acionam automaticamente comandos, que externamente regem nossas condutas. Eles nos obrigam a reproduzir automaticamente um modo de ser.

Entende-se que é necessário haver mudanças no sentido de romper o modelo social de exclusão. Com isso, devem atribuir estratégias para agir de maneira efetiva e pedagógica para uma avaliação bem sucedida, já que a avaliação está presente na vida humana. Neste contexto, o professor, ao invés de se preocupar em ensinar e garantir a aprendizagem se preocupa mais em julgar se o seu aluno é capaz ou incapaz de chegar ao resultado esperado. Em função disso, Hoffmann (1998, p. 111) afirma:

A avaliação é essencial à docência, no seu sentido de constante inquietação, de dúvida. Um professor que não problematiza as situações do cotidiano, que não reflete passo a passo sobre suas ações e as manifestações dos alunos, instala sua docência em verdades prontas, adquiridas, pré-fabricadas.

Entende-se que nesse aspecto a avaliação e a aprendizagem chegam ao mesmo objetivo: a qualidade de ensino. A utilização da avaliação é uma legítima ferramenta para preparar o aluno a desenvolver suas habilidades e autonomia, alcançando assim suas convicções intelectuais, morais, políticas e sociais.

Para o próximo capítulo, serão destacadas concepções que permeiam o âmbito escolar no seu contexto, baseando-se em aspectos relacionados às práticas pedagógicas, a avaliação como parte do cotidiano do aluno, o professor como mediador e a escola como ambiente principal do aprender, suas diferenças e mudanças até o momento atual.

#### **4 AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS QUE PERMEIAM A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR**

O século XXI, como já visto, se apresenta dentro de um contexto educacional envolvido pelo senso democrático e em pleno processo de mudanças na busca de eficiência e qualidade na educação. Na tentativa de organizar e melhorar a educação nos anos iniciais foram criadas algumas maneiras para auxiliar o aluno nesse período, dentre elas está a escola ciclada. Para entender um pouco mais sobre o assunto, alguns esclarecimentos são destacados e descritos a seguir.

A escola em ciclos tem o objetivo de manter e incluir todas as crianças na escola, evitar a evasão escolar e melhorar a aprendizagem do aluno. Nesse sentido, a ideia é de que a família esteja atuando junto com a escola e interagindo para o sucesso do educando nesse primeiro momento da vida escolar; e para que esse trabalho ocorra de forma segura a escola está amparada pela Lei N°10.172/2001 (PNE) Plano Nacional de Educação, que defende a presença e envolvimento da família com a escola.

A organização da escola em ciclos prevê que é importante a participação de todos para haver inclusão e atingir o maior número de alunos. Segundo a autora Soistak (2006 *apud* Both (2011)), a escola em ciclos, ou seja, o primeiro e o segundo ciclo que corresponde aos anos iniciais até o 5<sup>a</sup> ano, é a etapa em que o aluno pode ficar retido após todas as tentativas que o professor tenha feito e não obteve resultados positivos e aproveitamentos esperados.

A importância dos ciclos se dá quando a equipe pedagógica trabalha em conjunto, desde que alcance os objetivos esperados. Durante todo o ciclo é realizada a avaliação diagnóstica e formativa. Os resultados são percebidos a longo prazo e os professores devem lembrar sempre da importância dos registros, das avaliações formais e informais conforme a realidade de cada um.

Esse modelo de escola, chamado “escola ciclada”, pode ser positivo e conforme a visão de alguns educadores é um modelo que está apoiado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNE) Lei 9394/1996, no art.32, os parágrafos 1º e 2º, faz referência no regime de progressão continuada. Nesse contexto, nota-se que há posicionamentos diversificados, como por exemplo a redução de conteúdos ensinados nos anos iniciais; acomodação do professor nos primeiros anos do ciclo e a ausência de uma proposta pedagógica adequada.

Entende-se e observa-se por outro olhar que a parte negativa pode ser revertida em positiva, basta que se faça um bom planejamento e que a escola se organize e envolva todos em busca de novos resultados.

Para Demo (2000) *apud* Both (2011, p. 145) “aprender sem repetir é diferente de camuflar a aprendizagem para que o aluno possa avançar sem aprender”. O que se percebe

com isso é que toda a escola deve estar capacitada, organizada e centralizada no processo de aprendizagem do aluno.

Um aspecto importante destacado por Both (2011) é que a escola em ciclos veio para oferecer melhorias no processo de ensino aprendizagem, porém foi percebida uma preocupação com a repetição ou não de séries, pois na escola ciclada o sistema de avaliação é contínuo e diagnóstico, tendo por finalidade incentivar e promover nos alunos uma aprendizagem significativa, ou seja, é quando o aluno já possui um conhecimento e a partir dele constrói uma nova concepção de suas ideias.

Na questão da avaliação na escola ciclada Both (2011, p. 148) afirma que “enquanto as modalidades avaliativas contínua e diagnóstica deixam entrever funções investigativas, as modalidades somativa e formativa demonstram preocupação de caráter formativo”. O que se entende com a afirmação de Both é que os professores devem estar atentos com as avaliações no modelo da escola ciclada para que estas não sejam confundidas, pois esse modelo se baseia na avaliação diagnóstica/formativa e tem como objetivo manter o aluno na escola. Além evitar a evasão escolar, a avaliação deve servir como um agente favorável para o processo de ensino aprendizagem do aluno.

O momento vivido pelo educando e educador é desafiador do ponto de vista da comunidade escolar, já que o problema muitas vezes se encontra na proposta de trabalho imposta pela equipe pedagógica, organização do planejamento e conteúdos.

Portanto, para um bom processo ensino-aprendizagem não deve ensinar sem avaliar, ou seja, professor e aluno precisam estar conectados com o mesmo objetivo. Luckesi (2011, p. 205) afirma: “defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo”. Ao ver a avaliação como um ato amoroso, faz-se refletir que a necessidade de mudança precisa ser significativa pela parte do professor, com o objetivo de incluir e não rotular o aluno, essa ideia deve ser deixada de lado para que não haja tais diferenças.

Entende-se que a avaliação da aprendizagem se torna um ato amoroso a partir do momento que o professor identifica as mais variadas maneiras de se fazer uma boa avaliação, tornando-a acolhedora e mediadora com relação professor/aluno.

Partindo desse pressuposto, a avaliação está presente para servir de auxílio. Desde que não seja aplicada de maneira autoritária, o professor deve problematizar para ampliar suas perspectivas. O que se percebe nos professores é a insatisfação com as práticas tradicionais e as diferenças sociais que existem. O principal fundamento da ação avaliativa é de transformar,

levando o aluno a descobrir novos caminhos para se tornar melhor, através da interação de educador e educando. Hoffmann (1998, p. 112) diz:

Proponho uma ação coletiva e cooperativa entre os educadores no levantamento e discussão de questões avaliativas, uma aproximação necessária entre professores de diferentes disciplinas, no sentido de trocar ideias, levantar problemas, construir em conjunto um ressignificado para sua prática.

Sendo assim, é preciso agir e refletir sobre a problematização das situações, pois é através das trocas de experiências que se aperfeiçoa o conhecimento obtido durante o processo avaliativo. Nesse mesmo contexto, a auto avaliação passa a ser um fator preponderante no processo educacional do aluno e é a partir desse entendimento que se chega a um consenso enriquecendo seu conhecimento.

A auto avaliação faz parte da ação e da prática do professor, assim ele analisa e acompanha as atividades realizadas pelos alunos, conscientizando-os a ter consciência dos mais variados aspectos de sua vida pessoal e escolar, pois é por meio de suas ações e condutas que os indivíduos aprendem. Nessa linha de raciocínio, a auto avaliação visa o desenvolvimento do ensino aprendizagem por meio da cognição a fim de melhorar o desempenho tanto do professor quanto do aluno.

É por meio da auto avaliação, que o aluno constrói sua autonomia e torna a aprendizagem eficaz na vida escolar, isso faz com que ele reflita e forme sua própria opinião. Sendo assim, quando o educando é avaliado, torna-se desafiado e com disposição para mostrar que é capaz de chegar ao resultado que o professor espera.

O avaliador “professor” não pode deixar de lado os erros e acertos de seus alunos, é a partir deles que irá tomar decisões para saber de que forma o aluno está aprendendo e aplicar a avaliação adequada.

Sabe-se que a melhor forma de avaliar é através da avaliação diagnóstica, em que sua principal função é detectar a melhor maneira de ensino, levantar informações, hipóteses e esclarecer o porquê das dificuldades que o aluno está enfrentando na sua aprendizagem. Toda avaliação tem um contexto, não é “fazer por fazer”, é diagnosticar o problema e adaptar os métodos dos conteúdos conforme a necessidade de cada um. Nesse modelo de avaliação, o destaque principal é o desenvolvimento do aluno que aprende.

Entretanto, a relação professor/aluno deve ser respeitada, flexível e ambos devem compreender a melhor forma possível para que a avaliação torne-se um processo positivo e ambos possam ver o resultado de uma boa troca de conhecimento. Ou seja, o ato de avaliar se configura em um ato mediador entre professor/aluno. Em síntese, a avaliação diagnóstica visa

à coleta de informações e à adaptação dos conteúdos para contribuir com a evolução do educando. Esse modelo de avaliação é o que deveria ser priorizada pelos educadores, porém a maior dificuldade encontrada é o modelo tradicional, que classifica os alunos em “bons” ou “ruins”. Para suprir a necessidade de mudança, o professor passa a ser o principal responsável pelos seus atos em colocar em prática seus novos métodos de ensino e avaliação.

A maior perspectiva atual é a questão da melhoria da qualidade de ensino e a superação do tradicionalismo. Para mudar esse conceito, a escola é responsável em favorecer oportunidades desafiadoras para construir uma prática pedagógica renovada. Hoffmann (1995, p. 33), em termo de qualidade, ressalta:

Qualidade, numa perspectiva mediadora da avaliação, significa desenvolvimento máximo possível, um permanente “vir a ser”, sem limites pré-estabelecidos, embora com objetivos claramente delineados, desencadeadores da ação educativa.

Diante disso, define-se que para a melhoria da qualidade de ensino necessita-se da intervenção de todo o sistema de ensino, reinventando e desenvolvendo novos métodos de como avaliar sem ter limites de explorar o que o aluno traz consigo.

Como foi dito anteriormente, a mediação se faz necessária para a motivação do aluno frente ao professor, pois mesmo havendo a reprovação o educando não deve se sentir discriminado. Nessa aproximação, o professor irá auxiliar o aluno de forma mediadora e construtiva, facilitando o caminho de ambos para uma aprendizagem significativa e uma avaliação de qualidade, lembrando que avaliar significa incluí-lo de uma forma geral, pois é a partir do diagnóstico que é possível descobrir novos caminhos e direcioná-lo ao melhor método de aprender com resultado satisfatório. Ao alcançar o resultado esperado, destacam-se quatro fatores: afeto, cognição, psicomotricidade e vivência, sendo que cada indivíduo se desenvolve em um meio social, pois cada educando tem modos diferentes de aprender.

A partir desses fatores, entende-se que a avaliação pode se desenvolver em vários tipos, porém destacam-se aqui alguns modos de avaliar: avaliação somativa/ classificatória, formativa, diagnóstica, quantitativa e qualitativa. Vejam as características de cada uma delas:

Avaliação somativa/ classificatória visa à classificação dos alunos ao final do ano letivo, leva em consideração somente o seu rendimento escolar durante todo o ano. O método dessa avaliação é determinar se o educando encontra-se aprovado ou reprovado. Essas avaliações persistem no método tradicional, com o foco somente na nota em que o aluno deve tirar. Nesse modelo de avaliação, os professores seguem um único padrão. Infelizmente, essa avaliação ainda é aplicada em algumas escolas, não havendo a interdisciplinaridade nos conteúdos aplicados.

Ao contrário, a avaliação formativa tem como propósito o resultado do processo de aprendizagem, no período de todo o ano letivo, possibilitando ao professor reformular os métodos e caminhos a serem seguidos para a melhoria do ensino-aprendizagem. É baseada na aprendizagem significativa, ou seja, o aluno já traz consigo um conhecimento e o professor aproveita-o e passa novos saberes para o aluno, a avaliação formativa nunca termina, ela é contínua, sempre respeitando o ritmo de aprendizado de cada um. Nesse caso, o foco principal da avaliação é o aluno. O professor deve atender cada um em particular, priorizando as possibilidades e as necessidades individualmente. O aluno é parte ativa desse tipo de avaliação, ou seja, o aluno constrói seu próprio conhecimento, o caminho a seguir sob a orientação do professor, assim pode-se tornar autônomo com objetivo de chegar aos resultados esperados por ambos.

De forma semelhante, a avaliação diagnóstica é a forma de ver como ocorreu o desenvolvimento do aluno, verificando como ele chegou ao resultado. Nesse método avaliativo, pode ser criado um plano de ação, que pode ser reajustado conforme a dificuldade encontrada pelo aluno. A avaliação diagnóstica tem como função uma tomada de decisão e auxilia a transformação social de cada educando. No entanto, professores e alunos se conhecem e se compreendem e assim alcançam os objetivos desejados.

Nesse sentido, a função dessa avaliação é dar possibilidades aos professores para um melhor entendimento do momento em que o educando se encontra, oferecendo-lhe oportunidades de melhorias para o seu aprendizado. Sabe-se então que essa avaliação acontece do início ao fim do ano letivo. A avaliação diagnóstica não é somente um instrumento de resultados, deve auxiliar para diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelo aluno. Essa avaliação usada de maneira efetiva torna o trabalho do professor bastante satisfatório.

Da mesma forma, a avaliação qualitativa tem como objetivo a evolução do aluno no caminho da aprendizagem, ou seja, o que o aluno já tem construído por ele mesmo, assim o professor pode ampliar e aprimorar seu trabalho. Essa avaliação é realizada para orientar e acompanhar o processo de aprendizagem dos educandos. Esse tipo de avaliação deixa de classificar e julgar o aluno; ela é um instrumento que o professor utiliza todo o tempo de forma contínua, pois detecta as dificuldades do dia a dia escolar dos alunos, assim o professor consegue analisar os erros até chegar aos resultados com sucesso.

Dentro da avaliação qualitativa destacam-se três funções: conhecer os alunos e realizar um planejamento adequado; diagnosticar erros durante o processo de ensino, auxiliando para

um bom resultado e, por último, o professor utiliza formas de promover ou reter os alunos, isso, porém, torna-a uma avaliação classificatória, que não é correta.

Na avaliação quantitativa é rara a participação do aluno, suas ideias não são ouvidas, não se fala em autoavaliação, o aluno realiza sua atividade e é julgado pelo professor, o que importa é a quantidade e as notas, com o objetivo de classificação.

Portanto, a avaliação que se aplica em alguns ambientes escolares não é uma avaliação ideal, porém em muitos casos é a que prevalece. A avaliação diagnóstica é a melhor forma de se avaliar, pois possibilita ao sistema de ensino e professores verificar e diagnosticar se o aluno está atingindo os objetivos propostos, serve como um instrumento de compreensão para entender cada nível de aprendizagem, pois essa avaliação acontece a todo o momento e em todo ano letivo.

Durante o processo avaliativo o professor deve mesclar informações que o aluno já possui, juntar com o conhecimento adquirido em sala de aula individual ou coletivamente. Essa etapa é necessária para o processo de ensino aprendizagem trazido e construído pelo educando. A partir da avaliação realizada pelo professor, é importante que o educando tenha consciência de suas dificuldades e passe a compreender e refletir sobre o que os professores desejam. O educador, ao fazer a avaliação, deve ser compreensivo e atender as necessidades da realidade vivida pelo educando.

A avaliação da aprendizagem, como se vê, assume um papel de extrema importância, contribuindo para o desenvolvimento social e moral dos educandos e se preocupa em inseri-lo na sociedade. Com esse aspecto da importância da avaliação na vida do educando, Luckesi (2011, p. 150) destaca que:

A aprendizagem intencional é aquela que é buscada e propiciada intencionalmente. O aluno vai á escola em busca desse tipo de aprendizagem. O professor trabalha na escola tendo em vista oferecer ao educando as condições efetivas de uma aprendizagem metodicamente buscada. O que significa que o professor propõe conteúdos socioculturais que estimulam a assimilação ativa dos conhecimentos por parte do educando assim como o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. A aprendizagem intencional vai para além da aprendizagem espontânea. Ela não depende de ocorrências ocasionais, fortuitas, mas sim de busca e exercícios sistemáticos.

Diante dessa afirmação de Luckesi, torna-se evidente que a avaliação deve ser efetiva no desenvolvimento de cada educando individualmente, o professor pode e deve estimular a capacidade que cada aluno possui, pois é da experiência vivida que a aprendizagem se torna intencional, leva o aluno para uma vida social e um cidadão crítico e reflexivo.

Portanto, a avaliação é um ato dinâmico, um instrumento essencial desde o primeiro dia de aula, e deve ser usado como meio de conhecer a realidade de cada aluno

individualmente, auxiliando na tomada de decisão do professor em relação ao ensino aprendizagem do seu aluno.

Entende-se que a avaliação é um processo contínuo, em que o educando pode colocar seus conhecimentos e habilidades em prática livremente. Esta prática não pode ter um fim, mas sempre é um meio para verificar e alcançar os objetivos propostos pelo educador, assim é mais fácil identificar os educandos que necessitam um pouco mais de atenção. Com isso, o professor pode reformular seus planejamentos adequando com as necessidades de sua turma como um todo. Por isso é importante que o educador estabeleça o melhor tipo de avaliação, e que tenha consciência que pode ter um retorno positivo ou negativo por meio das técnicas realizadas, isso mostra a importância da avaliação individual, pois cada educando tem sua maneira de aprender.

Os pais, juntamente com a escola, desenvolvem papel importante no processo avaliativo. Ambos devem estar envolvidos nesse trabalho. Assim, o educador passará as informações sobre o desenvolvimento do aluno e todos conhecerão os procedimentos e critérios realizados pelo professor. A avaliação, além de auxiliar e identificar as causas dos avanços e das dificuldades, ajuda a estabelecer outros meios que auxiliam o ensino aprendizagem, meios esses que o educador pode colocar em prática para um melhor ato avaliativo.

A escola propicia ao aluno seu desenvolvimento, e fragiliza-a utilizando o ato avaliativo como meio de manipulação para os mesmos, e com isso ele aprende que precisa apenas da nota para poder passar de série, e a avaliação é usada para privilegiar os acertos e erros tornando-se a principal dificuldade no processo de ensino-aprendizagem. Contraditoriamente, ainda é prática de algumas instituições de ensino as provas-teste, merecendo em algumas escolas uma semana toda dedicada a realizá-las: a tradicional semana de provas que acontece periodicamente. Em síntese, a prática da avaliação escolar atual não está de acordo com a necessidade do aluno, pois ainda é lembrada como um ato de examinar, uma verificação de notas e exames, e os alunos têm em mente isso e muitas vezes se sentem inseguros e desmotivados frente ao processo ensino aprendizagem.

Assim, pode-se dizer que na educação atual as mudanças devem ser sociais e pedagógicas e estar atreladas. E apesar de alguns autores acreditarem que ainda se está longe desse processo de cidadania, já se podem contemplar mudanças a partir da gestão democrática, da carta de princípios da educação e de ações, que se efetivadas produzirão a tão esperada cidadania. Essa proposta educacional vislumbra sempre a justiça social.

#### 4.1 DESAFIOS DE MUDANÇAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE

Atualmente, acredita-se que a partir da participação na organização e gestão do trabalho escolar, todos os atores sociais lá inseridos tornam-se aptos a tomar decisões coletivamente, compartilham preocupações, aprimoram o espírito de solidariedade e assumem a responsabilidade pelo seu preparo profissional, pois, segundo Libâneo (2001, p. 68), “é no exercício do trabalho que de fato o professor produz sua profissionalidade. A essa segunda parte se dá o nome de formação continuada, tão valorizada nos dias atuais”.

O pensamento do autor se entrelaça com o desenvolvimento profissional dos educadores e com a valorização da prática educativa, de tal modo que inter-relaciona o trabalho pedagógico, a avaliação na organização do currículo e dos aspectos históricos, sociais, econômicos, éticos, estéticos e políticos nele inseridos.

Nesse aspecto, para que não ocorram erros na forma de avaliar, o professor deve criar estratégias de como irá realizar a avaliação de cada educando, pode-se usar no primeiro momento a avaliação diagnóstico-formativa a fim de perceber as dificuldades do aluno e tentar resolvê-las da melhor forma para que sua aprendizagem seja melhorada e compreendida durante todo o ano letivo. A avaliação diagnóstica não é realizada de forma isolada, ela faz parte do processo pedagógico escolar, envolvendo toda a parte docente e diagnosticando a própria prática do professor, pois é por ele que se inicia uma boa avaliação, ou seja, precisa se auto avaliar para que na sala de aula a avaliação se torne efetiva.

De acordo com Libâneo (2004, p. 253): “a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento”. Pode-se entendê-la como uma ação que tem a função de obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vista à organização dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as situações identificadas. A avaliação diagnóstica não acontece só na fase inicial, ela permanece ao longo de todo o processo educativo do aluno, tem como objetivo identificar e solucionar os dados positivos e negativos do desenvolvimento do mesmo, essa avaliação se torna construtiva a partir da troca de conhecimentos. Para melhor entendimento da avaliação diagnóstico-formativa, Luckesi (2011, p. 118) ressalta que:

A avaliação diagnóstica pressupõe que os dados coletados por meio dos instrumentos sejam lidos com rigor científico tendo por objetivo não a aprovação ou reprovação dos alunos, mas uma compreensão adequada do processo do aluno, de tal forma que ele possa avançar no seu processo de crescimento. Os resultados da avaliação deverão ser utilizados para diagnosticar a situação do aluno, tendo em vista o cumprimento das funções de auto compreensão acima estabelecidas.

Para compreender a avaliação como forma mediadora e participativa, é necessário estabelecer um diálogo entre ambas às partes; professor e aluno devem caminhar juntos, buscando construir a aprendizagem de maneira intensa e significativa. Uma avaliação bem conduzida possibilita a escola, o professor e o aluno a se autocompreender, quando esse processo se concretiza o aluno será beneficiado, pois irá perceber seu nível de aprendizagem e sentir-se auto motivado.

É claro, a avaliação necessita de um recurso técnico para realização de algumas funções que são executadas no cotidiano escolar, funções essas que deverão ser aplicadas com rigor técnico, ou seja, o professor deve ter conhecimento sobre o caminho a percorrer durante o processo avaliativo, e que seja clara, objetiva, com começo, meio e fim.

Entretanto, o ato avaliativo, quando bem aplicado, abrange várias dimensões, entre elas: avaliação do aluno, do professor e da escola, possibilitando e contribuindo para o sucesso de todos.

Para garantir que o processo de avaliação se desenvolva de maneira efetiva, o professor precisa verificar permanentemente se o processo está alcançando os objetivos propostos, levantar dúvidas e hipóteses a todo o momento durante a avaliação, pois é o ato avaliativo que cria subsídios para corrigir o processo, negativamente ou positivamente chegando ao objetivo imposto, sempre com cuidado de manter a qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno.

A razão da avaliação não é a classificação ou a reprovação dos alunos, mas identificar as dificuldades e os fatores que o aluno enfrenta. Ainda nos sistemas de ensino, a avaliação somente é feita depois das provas e exames. Isso dificulta a tomada de decisões do professor referente a avaliação e aos erros e acertos do educando. Sendo assim, acaba julgando em vez de acompanhar seu desempenho desde o início. Isso pode acarretar problemas futuros para o aluno e acaba a repetir de ano sem mesmo saber o porquê e infelizmente passa pelos mesmos métodos e recursos utilizados no ano anterior.

A principal finalidade da educação é obter e fornecer informações em relação ao processo pedagógico. Isso permite que os educadores realizem as intervenções e os ajustes necessários, garantindo a aprendizagem do aluno. A avaliação se torna mais abrangente e deixa de ser apenas uma avaliação do aluno e passa a ser de todos, professores, alunos, escola e família.

Partindo-se desse pressuposto, entra em questão a formação das competências, que na atualidade está presente no processo educacional em busca de quebrar paradigmas

tradicionais. As competências favorecem a formação do profissional e auxiliam-no para seu desenvolvimento com uma visão ampla e construtivista.

Para falar sobre competências, Perrenoud (2013) diz que a formação de competências é pouco desenvolvida na escolaridade obrigatória devido às fragilidades existentes. Entre elas destaca-se a conceitual, empírica e a que se relaciona com a ideia que se tem a respeito da escola. Segundo Perrenoud (2000) *apud* Alves (2013)), o termo “competências” significa mover vários recursos, como: saberes, informações e capacidades. Existem outras definições para este conceito que alguns professores utilizam com mais frequência, outros com menos.

Como foi citado anteriormente, há muitos questionamentos relacionados aos professores e alunos com relação aos tipos de avaliações e suas implicações. Porém, todos não têm uma definição exata, já que são inúmeros os fatores que causam tantos desacertos, em pleno século XXI. Sobre isso, a autora Falivene Alves, em seu livro “Avaliação Educacional”(2013), destaca a ideia do autor Antônio Nóvoa (1991), esclarecendo a situação da *educação x avaliação*. Segundo esse autor, há uma falta de atenção com os professores por parte do poder público. Os mesmos se sentem sobrecarregados de funções, seus salários não são satisfatórios, as cobranças são constantes devido as inovações tecnológicas diárias. Enfim, são muitos os motivos que levam os professores à desmotivação. O que se percebe no momento é que a educação que “temos” não é a educação que “queremos”. Como mudar e melhorar a atual situação?

Para Nóvoa (1991) *apud* Alves (2013), o indivíduo não deve estudar sozinho, isolado, deve sim trocar experiências, construir caminhos para o saber, compartilhar e refletir para a solução dos problemas. Se o professor estiver bem preparado, sua prática docente tende a melhorar cada vez mais. Quando é aplicado o que aprendeu, ele vê o resultado positivo, compartilha com seus colegas e todos aprendem e saem ganhando. Tudo isso se chama organização. Ou seja, é importante que esse tipo de organização seja feita de forma coletiva entre professores, escola e sindicato, isso irá colaborar para que o professor vá além dos seus objetivos buscando valorizar seu aluno e aproveitar tudo o que ele traz de conhecimento.

Entende-se que a avaliação da aprendizagem e formação fazem parte do mesmo processo educativo para alcançar um único objetivo. Para tanto, como foi mencionado, as transformações podem acontecer através do processo formativo de competências.

As competências são destacadas em capacidades gerais e específicas, as gerais são eficientes a todas as pessoas, as específicas são relacionadas aos currículos dos cursos de formação profissional e podem ser utilizadas em outras profissões e com alunos durante sua vida escolar. Perrenoud (2000) *apud* Alves (2013), através de um recurso chamado

“pedagogia das competências” ressalta que as escolas se preocupam com recursos pedagógicos, porém não os põem em prática, não aplicam no seu cotidiano, não atendem às necessidades de cada um. Segundo ele, isso não é viável, pois o desenvolvimento de competências exige que os alunos vivenciem situações reais.

Com essa ideia de Perrenoud, fica claro que a avaliação formativa deve estar presente, pois se trata de uma avaliação certificadora, tendo como papel principal as competências. Essa pedagogia terá sucesso a partir do instante em que os professores mudarem seus conceitos propondo novas formas de aprender.

Através de uma avaliação bem sucedida, o professor passa a ensinar a ética aos alunos por meio do ato avaliativo utilizando suas competências para auxiliar na vida cotidiana de cada um. Ao falar sobre competências, leva à reflexão de que esta está relacionada ao ato de “fazer algo” envolvendo várias habilidades, em que se nota o desempenho e as potencialidades em diferentes aspectos. Como diz Ferreira (1999) *apud* Alessandrini (2002), esses aspectos que são encontrados nas capacidades intelectuais, estar preparado para diferentes desafios, ter potencial criativo e produtivo e possuir agilidade psicomotora. As competências, habilidades e capacidades são encontradas na vida profissional do educador que é capaz de resolver e solucionar as adversidades que surgem no ambiente escolar. Ou seja, utilizar e avaliar as competências já adquiridas para novas conquistas e transmitir aos alunos novos ideais para uma transformação e independência dos mesmos.

Ao abordar competências para a educação, Alessandrini (2002) ressalta que não se deve esquecer da competência do professor, pois é a partir desse momento que o mesmo desenvolve habilidades para ver o outro (aluno), avaliar e observar o processo promovendo o favorecimento e o crescimento da aprendizagem do seu aluno.

Quando se pensa na avaliação como aprimoramento do fazer pedagógico, verifica-se que apesar dos percursos serem complexos e desafiantes, são possíveis. É fato que se necessita de uma análise mais apurada sobre o assunto, objetivando a possibilidade da ressignificação do papel das práticas avaliativas. Sugere-se, assim, que as equipes pedagógicas das escolas sejam estimuladas e adquiram competências técnicas para realizar a avaliação, visando à melhoria da qualidade da resposta educativa, buscando um novo enfoque, mais dinâmico e integrado ao trabalho socializado em sala de aula, tanto individualmente como coletivamente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho, destacou-se a importância do ato de avaliar como prática pedagógica e a vivência do aluno no âmbito escolar. O conceito de avaliação revela que não é apenas um simples ato de avaliar e sim um processo contínuo e significativo no processo de ensino aprendizagem do aluno. Portanto, é a partir da avaliação que o professor busca alcançar a qualidade do ensino e conseqüentemente a verificação do resultado, ou seja, estar sempre atento aos meios que o aluno chegou ao determinado resultado.

Diante do tema e da pesquisa apresentada, observaram-se as mudanças que contribuíram no processo avaliativo, bem como as necessidades que os alunos enfrentam no cotidiano escolar. Dessa forma, o professor tem papel fundamental como mediador nesse processo de avaliação do início ao final do ano letivo.

Apesar de haver vários métodos de avaliação, o professor precisa analisar qual seria o ideal, levando em consideração que cada educando aprende no seu tempo e ritmo, e nesse processo a avaliação é a ferramenta essencial no desenvolvimento do ensino aprendizagem.

A qualidade do ensino aprendizagem e do processo avaliativo segundo Luckesi (2011) deve estar sempre posta à frente de qualquer modelo educativo, e seu principal objetivo deve ser o aluno e seu florescimento livre, espontâneo e criativo. E para manifestar-se como tal, deve ser inclusiva e, por isso mesmo, democrática e afetiva. Busca o melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica e formativa e não se volta para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Nesse aspecto, onde quer que aconteça, não há submissão ou medo, e sim espontaneidade, liberdade numa trajetória permanente, sempre buscando o melhor da relação ensino aprendizagem.

Essa pesquisa não tem a pretensão de esgotar as discussões aqui levantadas, porém considera poder contribuir com os profissionais da área de educação para o desafio maior da avaliação, que não reside em aprovar ou reprovar, mas sim em modificar o olhar do professor e ajudar o aluno na ampliação da consciência de suas habilidades e competências, bem como de suas dificuldades e das possibilidades de seu desenvolvimento. Nos tempos atuais, a concepção de avaliação que deve vigorar é aquela que fundamenta suas raízes na qualidade do conhecimento construído pelo aluno, e da reflexão permanente da prática, já que esta implica primordialmente em avaliar o ensino oferecido com intuito de fazer uma educação melhor. De acordo com Perrenoud (2013), refletir sobre os processos avaliativos implica em repensar a própria escola. Percebe-se na avaliação tradicional que para os educadores não importava o processo avaliativo pelo qual o estudante chegou ao resultado, era através da nota que era possível perceber o desempenho do estudante. De modo geral, nas escolas, não se falava em

avaliação diagnóstica / formativa, a nota era dada pelo professor sem rever os critérios de avaliação.

## REFERÊNCIAS

- ALESSANDRINI, Cristina Dias, Macedo Lino de, Machado Nilson José, Perrenoud Philippe e Thurler Monica Gather. **As Competências para Ensinar no Século XXI, a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ALVES, Falivene Júlia. **Avaliação Educacional – Da teoria á prática**. Rio de Janeiro: LTC, 2013
- ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**, 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília. 1997
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN)**. Brasília. 1996
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 981. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.
- \_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. **Desoficialização do ensino superior e secundário (1891-1918)-regime universitário (1892-1918)-criação do Ministério da Instrução Publica (1894)**. In: Documentos parlamentares: Instrução Publica (Vol. 6). Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1918.
- \_\_\_\_\_. Constituição de 1824. **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 23 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. Decreto N° 19.890 - **De 18 De Abril de 1931. Reforma Francisco Campos**. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/1934.htm/> – Acesso em 23 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. O Decreto N° 19.850 – De 11 De Abril de 1931b. **Cria o Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/1934.htm/> – Acesso em 24 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934. **Dispõe sobre a organização Federal**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/1934.htm>. Acesso em 24 ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. **Dispõe sobre a Lei Orgânica do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm> \_ Acesso em 24 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição de 1946.** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 24 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei n.8.529 – de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal.** Brasil, 1946b. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> Acesso em 24 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei n.8.530 – de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário.** Brasil, 1946. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 24 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. LEI nº 4.024, de 20 de dezembro 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional no 1 de 1969.** Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/> – Acesso em 24 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5692//71 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providencias.** Brasília: 1971.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.** Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).** Brasília. 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN).** Brasília. 1996.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n.º 12/97. **Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96,** em complemento ao Parecer CEB n.º 05/97.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Boletim n.º 14 do Departamento de Ensino Fundamental do MEC.**

BOTH, Ivo José. **Avaliação Planejada, aprendizagem consentida é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina.** Curitiba: Ibpx. 2011.

CARRARA, Kester; RAPHAEL, Hélia Sonia. **Avaliação sob exame.** São Paulo: Autores associados, 2002.

CURRÍCULO, **para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel:** volume II: ENSINO FUNDAMENTAL – anos iniciais. Cascavel, PR. Editora Progressiva. 2008.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas S.A, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora - Uma prática em construção da pré- escola à Universidade.** Porto Alegre:Mediação, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia, GO: Alternativa 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar- Estudos e Proposições.** São Paulo. Editora Cortez. 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar- Estudos e Proposições.** São Paulo. Editora Cortez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "**Declaração de Jomtien**" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil. SP: Midiamix Editora, 2002,

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar;** trad. Patrícia Chittoni Ranos - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida.** Porto Alegre: Penso 2013.

\_\_\_\_\_. **Dez novas competências para ensinar;** trad. Patrícia Chittoni Ranos - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PILETTI, Nelson e Claudino. **História da Educação.** São Paulo: Àtica S.A. 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: Renuncia a Educação.** São Paulo. Editora Xamã. 2001.

REIS FILHO, Casemiro dos. **Modernização da Cultura Brasileira**. São Paulo, PUC – SP (distribuição interna), 1974

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes. 2000.

SANTOS, Kátia G. L. dos; RECK, Vanessa C. C.; NASCIMENTO, Rosangela C. G. UNICRUZ. **Um breve olhar sobre práticas de avaliação qualitativa e avaliação quantitativa em uma escola pública**. Disponível em: [www.unicruz.ed.br](http://www.unicruz.ed.br) . Acesso em: 22 set. 2015.

SANTOS, Monalize R. dos; VARELA, Simone. UNIFIL. **A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em: < [WWW.web.unifil.br](http://WWW.web.unifil.br) > Acesso em: 17 set. 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação. Do “É proibido reprovar” ao É preciso garantir a aprendizagem**. São Paulo: Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S.. **Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudanças: Por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.